

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência regional e nacional para casos de urgência, padrão apartamento individual, na modalidade de contratação coletivo empresarial, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas e as demais exigências estabelecidas pela ANS, sem coparticipação, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, sem carência para os atuais empregados que aderir no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do início do contrato e contratação de empresa especializada na prestação de serviços Assistência Odontológica, de natureza empresarial, sem carência, de diagnóstico e tratamento através de operadora no Estado do Rio de Janeiro, bem como nos casos de urgência e emergência, para os funcionários do CRT-RJ e seus dependentes, por meio de rede própria, cooperada ou credenciada.

ITEM Nº	PLANO	CATMAT
01	PLANO DE SAÚDE	13340
02	PLANO ODONTOLÓGICO	5908

Atendimento estimado de 066 funcionários e 050 dependentes do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro – CRT-RJ.

A inclusão de dependentes é facultativa e custeada integralmente pelos empregados, logo o número de dependentes acima é uma estimativa de usuários, com base no cadastro funcional.

O beneficiário titular complementarará o valor da mensalidade em 10% (dez por cento) e arcará integralmente com as despesas referentes aos seus dependentes e os valores serão descontados mensalmente em Folha de Pagamento.

São considerados beneficiários dependentes para fins de inclusão no plano contratado:

- o cônjuge ou companheiro(a) de união estável; cuja condição deverá ser comprovada mediante Certidão de Casamento ou comprovada o reconhecimento da união estável, na forma da legislação vigente, ou inscrição da(o) companheira(o) como tal perante a Previdência Social, ou Declaração de Imposto de Renda acompanhada do espelho protocolado em que conste a(o) companheira(o) como dependente ou escritura



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

declaratória firmada em cartório ou ainda a comprovação da existência de filho(os) em comum que dispensa a apresentação da documentação anteriormente citada;

- o companheiro ou a companheira na união homoafetiva, obedecidos os mesmos critérios adotados para o reconhecimento da união estável;
- os filhos, solteiros, até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez com base em laudo médico fornecido pelo SUS, Secretaria de Saúde ou Hospitais conveniados pelo SUS, e, ou absolutamente incapaz, assim considerado pela Legislação Civil;
- os filhos, entre 21(vinte e um) e 24 (vinte e quatro) anos de idade, dependentes economicamente do empregado e estudantes de curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação; desde que regularmente matriculados e frequentando curso de nível superior, que não sejam casados, nem possuam renda própria;
- o menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial;
- dependentes que estiverem sob guarda em caráter provisório, para fins de adoção, mediante apresentação do Termo de Guarda, devendo este ser sempre atualizado.

Somente o empregado poderá inscrever beneficiários na condição de dependentes junto ao CRT-RJ.

Quantitativo de Usuários

	TITULARES		DEPENDENTES		AGREGADOS		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
De 00 a 18	0	0	12	13	0	0	25
De 19 a 23	0	1	3	2	0	0	6
De 24 a 28	2	1	0	3	0	0	6
De 29 a 33	3	8	1	3	0	0	13
De 34 a 38	4	4	0	1	0	0	9
De 39 a 43	4	5	0	1	0	0	10
De 44 a 48	4	3	1	2	0	0	10
De 49 a 53	3	3	1	1	0	0	8
De 54 a 58	4	1	0	1	0	0	6
De 59 a 68	9	6	1	1	0	0	17
De 69 a 78	1	0	1	0	0	0	2
De 79 a 88	0	0	0	0	1	0	1
Acima de 89	0	0	0	1	0	0	1
TOTAIS	34	32	20	29	1	0	116

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

2. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência do Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, desde que justificadas, e decorrentes de necessidade de prorrogação, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro - CRT-RJ deseja oferecer aos seus funcionários e dependentes o benefício de Plano Assistência de Saúde Hospitalar e Plano de Assistência Odontológica.

O presente Termo de Referência visa embasar o processo licitatório a fim de contratar prestadores de serviços especializados em plano de saúde e odontológico de qualidade com preço competitivo por se tratar de plano empresarial.

A fim de assegurar a saúde física e bucal de seus empregados e, caso esses desejem, de seus dependentes. E ainda, considerando que a manutenção da saúde é uma necessidade básica do ser humano.

O acesso ao serviço complementar de assistência à saúde permite a prevenção, promoção de saúde, bem como a cura de patologias dos funcionários e seus dependentes legais, dando qualidade de vida, diminuição do absenteísmo, visto que o afastamento das atividades pode ter relação direta com problemas de saúde, sejam eles de origem física, mental ou bucal.

O principal objetivo é contribuir para a formação de um ambiente de trabalho saudável e adequado ao crescimento profissional, incentivando os colaboradores a realizarem suas tarefas com qualidade e satisfação, bem como cuidar da sua saúde física. Para o estudo em questão, trata-se da concessão de Assistência Médica Hospitalar para todos os empregados e seus dependentes legais.

4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A GOVERNANÇA DO CRT-RJ

A presente contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico e a Governança do CRT-RJ, sendo identificada no item 10.2 da Matriz dos Objetivos – 2024, que traça sobre a implementação de Plano de Saúde e Odontológicos para os funcionários.

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

E como a natureza jurídica do CRT-RJ é de uma Autarquia Federal, não sendo permitida a livre contratação, é primordial a realização de licitação para que os empregados possam ser beneficiados com uma prestação de serviços de assistência à saúde de forma adequada e segura, propiciando qualidade no atendimento dos mesmos.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Trata-se de serviço comum de caráter continuado pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, portanto, realizar-se-á por meio do Pregão Eletrônico, na forma da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e outros normativos adjacentes, menor preço por item.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO.

O prazo para implantação dos serviços objeto deste Termo de Referência, não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, incluindo todas liberações em sistema, cartões e demais providências necessárias à operação e disponibilização integral do serviço descritos.

A Assistência Médica Hospitalar terá abrangência regional e nacional para casos de urgência.

E a Assistência Odontológica terá abrangência no Estado do Rio de Janeiro.

7. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM 01: Plano de Assistência Médica Hospitalar

7.1 O plano de assistência à saúde terá atendimentos de rotina, internações clínicas, cirúrgicas, obstétricas e de tratamento intensivo, extensivo aos atendimentos em decorrência de acidente do trabalho.

7.2 Os atendimentos de rotina, as emergências e as urgências ambulatoriais serão oferecidas em rede credenciada e/ou nos hospitais próprios. A rede credenciada deverá ser oferecida pela contratada em número maior que à rede própria.



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

7.3 atendimentos de urgência, emergência, ambulatoriais (consultas) e internações deverão ser disponibilizados em, no mínimo, oito hospitais.

7.4 O plano deverá oferecer aos usuários os serviços de:

a) Assistência Médica Emergencial, em unidades de atendimento, 24 horas por dia, por profissionais e serviços que permitam ao beneficiário a assistência clínica e cirúrgica de emergência e/ou urgência, com internação em Unidade de Tratamento Intensivo, abrangendo, pelo menos, as seguintes especialidades:

- anesthesiologia;
- cardiologia;
- cirurgia buco-maxilo-facial;
- cirurgia cardiovascular;
- cirurgia plástica reparadora, inclusive de mão;
- clínica médica;
- clínica cirúrgica;
- endoscopia;
- ginecologia-obstetrícia;
- medicina intensiva (adulto e infantil - CTI e unidade coronariana);
- neonatologia;
- neurocirurgia;
- neurologia;
- neuropsiquiatria;
- oftalmologia;
- ortopedia/traumatologia;
- otorrinolaringologia;
- pediatria;
- psiquiatria;
- radiologia;
- urologia.

b) Cobertura para os casos decorrentes de acidentes de trabalho, quando o médico assistente deverá fornecer atestado onde conste o Código Internacional de Doenças (CID), para fins de preenchimento da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT.

c) Assistência médica ambulatorial e hospitalar, incluindo consultas médicas, procedimentos ambulatoriais para os casos de rotina, urgência e emergência, e internações clínico-cirúrgicas, abrangendo, no mínimo, as seguintes especialidades:

- alergologia;
- análises clínicas;
- anesthesiologia;



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

- angiologia;
- cardiologia, inclusive pediátrica;
- cirurgia buco-maxilo-facial;
- cirurgia cardiovascular;
- cirurgia de cabeça e pescoço;
- cirurgia geral;
- cirurgia infantil;
- cirurgia plástica reparadora, inclusive de mão;
- cirurgia torácica;
- cirurgia vascular periférica;
- clínica médica;
- dermatologia;
- endocrinologia;
- endoscopia;
- fisioterapia;
- fonoaudiologia;
- gastroenterologia;
- geriatria;
- ginecologia (adulto e infantil);
- hematologia;
- homeopatia;
- imunologia;
- infectologia;
- mastologia;
- medicina nuclear;
- medicina intensiva (adulto e infantil - CTI e unidade coronariana);
- nefrologia;
- neonatologia;
- neurocirurgia;
- neurologia;
- neuropsiquiatria;
- obstetrícia;
- oftalmologia;
- oncologia;
- ortopedia/traumatologia;
- otorrinolaringologia;
- patologia clínica;
- pediatria;
- pneumologia;
- proctologia;



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

- psicologia;
- psiquiatria;
- radiologia;
- reumatologia;
- urologia.

d) Serviços Auxiliares ou Complementares de Diagnóstico e Tratamento, em unidades de atendimento, no mínimo, nas seguintes modalidades:

- acupuntura;
- análises clínicas;
- anatomia patológica;
- angiografia;
- arteriografia em geral;
- audiometria;
- bioimpedanciometria;
- campimetria;
- cateterismo cardíaco;
- cauterização;
- citopatologia;
- densitometria óssea;
- diálise peritoneal;
- ecocardiografia;
- eletrocardiologia;
- eletroencefalograma;
- eletromiografia;
- eletroneuromiografia;
- endoscopia em geral;
- estudo hemodinâmico;
- fisioterapia, inclusive respiratória;
- fluoresceinografia;
- fonoaudiologia;
- fundoscopia;
- hemodiálise;
- hemodinâmica;
- hemoterapia;
- holter cardíaco e arterial (MAPA);
- inaloterapia;
- laparoscopia;
- litotripsias;
- mamografia digital;



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

- mamotomia;
 - medicina nuclear (mapeamento, cintilografia e terapias);
 - nutrição;
 - oftalmologia;
 - prova de função respiratória;
 - prova ergométrica;
 - prova labiríntica;
 - psicoterapia;
 - quimioterapia;
 - radiodiagnóstico;
 - radiologia;
 - radioterapia;
 - raio-x panorâmico da face;
 - reeducação postural global (RPG);
 - remoção de pigmentos de lente intraocular com yag laser;
 - ressonância magnética;
 - terapia ocupacional;
 - testes alérgicos;
 - testes de função pulmonar;
 - timpanometria;
 - tococardiografia;
 - tomografia computadorizada;
 - transplantes autólogos de medula óssea;
 - tratamento cirúrgico da epilepsia;
 - ultrassonografia em geral;
 - vídeo histeroscopia;
 - vídeo laparoscopia.
- e) Procedimentos para anticoncepção:
- Inserção de DIU (o dispositivo será liberado de acordo com a indicação clínica e normatização da ANS);
 - vasectomia;
 - ligadura tubária.
- f) Assistência ao pré-natal e parto para a titular, esposa ou companheira e filhas que sejam dependentes do titular do plano, incluindo os serviços de:
- assistência ao parto normal ou cirúrgico;
 - assistência puerperal;
 - assistência perinatal ao conceito, inclusive internação em unidade de neonatologia, durante os primeiros 30 (trinta) dias de nascido;

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

- tratamento pré-natal das hidrocefalias e cistos cerebrais.

ITEM 02: Plano de Assistência Odontológica (LOTE 2)

7.5 A empresa contratada deverá prestar os serviços de Plano de Assistência Odontológica por meio de operadora, seguradora ou administradora, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade coletivo empresarial, com cobertura no Estado do Rio de Janeiro.

7.6 A Contratada assegurará aos usuários do sistema o atendimento pleno e satisfatório pelos estabelecimentos que integram sua rede. Os serviços prestados deverão compreender todos os procedimentos do Rol de Procedimentos Odontológicos editados pela ANS, vigente à época do evento, tais quais os seguintes procedimentos/especialidades:

- a) Diagnóstico;
- b) Urgência/Emergência;
- c) Prevenção;
- d) Odontopediatria;
- e) Radiologia/Exames por Imagem;
- f) Dentística;
- g) Periodontia;
- h) Prótese Dentária;
- i) Endodontia;
- j) Cirurgia;
- k) Perícia.

Observação: As propostas deverão conter a relação de produtos com todos os procedimentos cobertos, conforme previsto neste item.

8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - BLOCO 1**ITEM 01: Plano de Assistência Médica Hospitalar**

O presente Termo de Referência tem como uma das finalidades a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de plano de assistência à saúde e deverá ofertar atendimentos de rotina, internações clínicas, cirúrgicas, obstétricas e de tratamento intensivo, extensivo aos atendimentos em decorrência de acidente do trabalho pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo os seguintes serviços:



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

8.1 A internação dar-se-á em acomodações coletivas hospitalares que disponham dos requisitos máximos de conforto, funcionalidade, segurança e higiene, previstos na legislação vigente, sem direito a acompanhante, salvo em se tratando de menores de 18 anos ou maiores de 60 anos.

8.2 Nas internações, havendo indisponibilidade de acomodações coletivas, a contratada se compromete a prestar atendimento em acomodações superiores ao plano em vigor, sem ônus para o usuário, até que cesse o impedimento.

8.3 Ao usuário é resguardado o direito de optar por acomodações individuais de padrão superior, devendo o mesmo arcar com as diferenças de diárias de hospedagem, honorários médicos e demais despesas decorrentes dessa opção, liquidando-as diretamente no estabelecimento onde se der o evento, não sendo a Contratante responsável por quaisquer ônus advindos de tal opção.

8.4 As despesas hospitalares decorrentes de internação correrão por conta da contratada, compreendendo:

- diárias de internação do paciente em acomodações coletivas;
- serviços de nutrição e dietéticos;
- taxa de internação, centro cirúrgico, sala de parto, berçário, sala de gesso, incluindo materiais e medicamentos usados;
- honorários profissionais;
- serviços gerais de enfermagem;
- exames e procedimentos auxiliares e complementares de diagnóstico e tratamento;
- medicamentos, anestésicos, oxigenoterapia, transfusão de sangue e derivados, demais recursos terapêuticos utilizados durante o período de internação;
- unidade de terapia intensiva ou isolamento, inclusive neonatal;
- remoção do paciente por via terrestre, comprovadamente necessária de um estabelecimento para outro, desde que justificada pelo médico assistente, observando-se que o usuário deverá ser removido para a unidade de atendimento que atenda sua necessidade;
- atendimentos decorrentes de acidentes pessoais e de acidentes de trabalho, conforme Lei nº 9656/98;
- procedimentos sem necessidade de internação decorrentes de pequenas cirurgias;
- sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme solicitação médica, incluindo o tratamento ambulatorial, com o fornecimento de toda a medicação a ser utilizada;
- estão cobertos os honorários médicos relativos aos procedimentos clínicos ou cirúrgicos, referentes às especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, realizados durante o período de internação, compreendendo os serviços prestados pelo médico assistente ou cirurgião, auxiliares, anestesistas e instrumentadores;
- anestesia, tendo como base para o reembolso a tabela AMB92 ou a tabela vigente.

8.5 Ao recém-nato do titular ou do dependente é assegurada a cobertura assistencial, inclusive internação, por 30 (trinta) dias contados a partir do nascimento. Após esse período a cobertura se dará somente mediante adesão, sendo certo que para fins de isenção dos prazos de carência deverá ser observado o prazo de 30 (trinta) dias para inclusão do recém-nato, a partir do nascimento, conforme legislação em vigor.

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

8.6 O transporte especializado entre unidades de serviço, nos casos de transferência ou realização de exames e procedimentos, será realizado pela contratada. Também caberá à contratada a transferência de usuários que estejam em hospitais públicos, para suas unidades de serviço.

8.7 A empresa vencedora deverá oferecer outros planos, além do plano referência, com valores diferenciados.

8.8 Ao usuário titular, extensivo aos seus dependentes, é resguardado o direito de optar por planos superior ao do presente Termo de Referência, durante a vigência do contrato, ficando, porém, a diferença a ser deduzida de sua folha de pagamento, pela contratante, mediante autorização expressa do empregado, obedecendo ao limite de consignação. Esta opção, sem carência, deverá ser permitida no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do início do contrato para os atuais empregados e, para os novos contratados, a partir da data da sua admissão na Autarquia.

8.9 Os empregados que se encontrarem afastados por motivo de auxílio-doença e/ou acidente de trabalho, não poderão alterar a sua modalidade para planos superiores enquanto perdurar o seu benefício pelo INSS.

8.10 Não será permitida a inclusão de dependentes enquanto o empregado estiver em benefício de auxílio-doença pelo INSS.

I. O titular do plano de saúde que optar por incluir dependentes deverá ser cientificado no ato da inclusão, em documento específico para este fim, que em caso de afastamento por incapacidade laboral que resulte na suspensão do contrato de trabalho, o mesmo poderá restituir a mensalidade diretamente aos cofres do CRT-RJ durante o curso da licença ou autorizar o desconto relativo a despesa correspondente, em folha de pagamento, no limite mensal de até 30% (trinta por cento), tão logo seja cessado o pagamento do benefício pelo INSS, conforme acordo a ser formalizado entre o empregado titular do plano e o Departamento de Gestão de Pessoas;

8.11 As consultas e os procedimentos realizados por profissionais especializados, assim como os exames complementares e a assistência hospitalar, serão de livre escolha dos usuários, dentre a rede credenciada oferecida pela contratada.

8.12 As consultas e os procedimentos, assim como exames complementares e assistência hospitalar, terão de ser realizados, impreterivelmente, conforme Lei nº 9656/98. As situações de emergência deverão ser prontamente atendidas e, as situações de urgência, deverão ser prontamente atendidas.

8.13 Doenças e lesões preexistentes serão cobertas integralmente.

8.14 Os usuários candidatos a transplantes, provenientes de doador morto, conforme legislação específica, deverão obrigatoriamente estar inscritos em uma das Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e estarão sujeitos ao critério de fila de espera e de seleção.

8.15 Não serão cobertos os seguintes procedimentos:

- tratamentos estéticos em todas as suas modalidades;
- tratamento ambulatorial e hospitalar em serviços ou clínicas de repouso, de recuperação física, tratamento de senilidade, rejuvenescimento, convalescença e suas consequências;



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

- internações hospitalares, tratamentos ambulatoriais mesmo que decorrentes de emergência e urgência, exames diagnósticos, terapias e consultas médicas realizadas ou prescritas por profissionais de especialidades não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Psicologia;
- atos ilícitos, interrupção provocada de gravidez e suas consequências imediatas ou tardias, tratamentos clínicos ou cirúrgicos não éticos e alterações do corpo;
- aparelhos ortopédicos;
- órteses, próteses e seus acessórios serão cobertas apenas quando relacionadas ao ato cirúrgico, desde que não tenham finalidade estética.
- internações geriátricas;
- vacinas e autovacinas, salvo nos casos de pacientes internados;
- medicamentos importados, não nacionalizados e os não reconhecidos pelo órgão governamental competente;
- casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;
- medicamentos e materiais cirúrgicos, salvo durante as internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais de urgência;
- cirurgias experimentais, cirurgias não éticas inclusive para mudança de sexo, inseminação artificial, tratamento para esterilidade;
- enfermagem particular;
- assistência médica domiciliar;
- remoção para tratamentos clínicos ou cirúrgicos ou procedimentos diagnósticos não cobertos pelo contrato e remoções por via diferente da terrestre;
- quaisquer despesas com acompanhante, no caso de internação, exceto o previsto no item 8.1 e no caso de Plano Especial;
- despesas com extraordinários não relacionados com o atendimento médico-hospitalar, durante a internação hospitalar, tais como: jornais, TV, telefone e frigobar;
- aluguel de equipamentos e aparelhos, exceto aqueles necessários em regime de internação hospitalar, durante a internação hospitalar, mediante apresentação do respectivo documento;
- tratamento em SPA, mesmo que para tratamentos de obesidade mórbida;
- transplantes, exceto aqueles previstos no Anexo RN nº 211/2010;
- quaisquer procedimentos ou exames não previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento.

8.16 Para a habilitação técnica, as empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar no momento da licitação (e manter atualizados) os seguintes documentos:

- Certidão ou Declaração de registro na ANS;
- Comprovação da cobertura de atendimento nos municípios informados no item 10 deste projeto;



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

- Relação virtual atualizada das clínicas, hospitais, médicos especialistas e laboratórios próprios, credenciados, contratados e referenciados. Nesta relação deverá constar, inclusive, a listagem dos credenciados para os casos de atendimento em trânsito, conforme item 8.6;
- Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;
- Na assinatura do Contrato a Contratada se obriga a informar senhas ou autorizações prévias da Operadora;

8.17 Condições de Prestação dos Serviços (conforme Lei nº 9656/98):

- Cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina e correlatos;
- Cobertura de internações hospitalares, vedada a limitação de prazo, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;
- Cobertura de internações hospitalares, em centro de terapia intensiva ou similar, vedada a limitação de prazo, a critério do médico assistente;
- Igualdade de cobertura para titulares e dependentes no plano de saúde, inclusive a assistência à obstetrícia.

8.18 Internação em hospital psiquiátrico ou em unidade/enfermaria psiquiátrica de hospital geral para portador de transtornos psiquiátricos em situação de crise, conforme prescrição do médico assistente;

8.19 Além da cobertura especificada no item anterior, os usuários portadores de transtornos psiquiátricos, em situação de crise, poderão dispor de tratamento em regime de hospital-dia, conforme prescrição do médico assistente;

8.20 Atendimento de urgência e emergência, incluindo internação, em hospital geral de usuários portadores de quadro de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química, conforme prescrição do médico assistente;

8.21 Assistência hospitalar com obstetrícia, atendimento obstétrico relacionados à gestação e partos normais, cesarianas e complicações da gestação, abortamento, exclusivamente quando observada a lesão apresentada, bem como despesas do berçário;

8.22 Caberá a Contratada, após assinatura do contrato, a obrigação de transferir os empregados e dependentes que estiverem internados, sob a responsabilidade de outra operadora de saúde ou do SUS, em condições de remoção, para seus hospitais próprios ou credenciados. Caso contrário ou em situação de impossibilidade de remoção por restrição médica, a contratada assumirá as despesas hospitalares decorrentes da impossibilidade de remoção;

8.23 Serão usuários titulares os empregados do CRT-RJ, para fins de inclusão e, seus respectivos dependentes, exceto pai e mãe, incluídos mediante adesão. As inclusões serão realizadas até o quinto dia útil de cada mês, salvo, nos casos de empregados recém-contratados e dependentes recém-nascidos e recém-casados;

8.24 Os usuários titulares que vierem a se desligar do CRT-RJ (demitidos sem justa causa ou se aposentarem) durante a vigência do contrato, terão assegurados o direito de manter sua condição



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

de beneficiário, nos moldes da Lei nº 9.656, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho e desde que assumam o seu pagamento integral diretamente a Contratada, para tanto tendo um prazo de 30 (trinta) dias para decidirem quanto a sua continuidade e de seus respectivos dependentes na cobertura no PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, sem que haja período de carência a ser cumprido. Havendo inadimplência de mais de 60 (sessenta) dias o usuário será automaticamente excluído do plano.

8.25 A contratada fornecerá ao titular (e aos dependentes que não residem com o titular), imediatamente após a sua adesão ao PLANO, catálogo da rede credenciada, contratada ou referenciada e de serviços próprios, credenciados e/ou referenciados, em formato físico ou virtual. A contratada também deverá fornecer, a todos os usuários, carteirinha para utilização do plano e consulta a rede credenciada também em formato físico ou virtual, devendo ainda:

II. Fazer constar a relação de serviços próprios, credenciados e/ou referenciados da contratada, assim como a relação de profissionais credenciados por especialidade, além do endereço e telefone atualizados;

III. Comunicar sempre que houver descredenciamento de profissionais ou clínicas/hospitais e efetuar imediatamente a substituição/redimensionamento destes por outros com as mesmas características/qualidades.

8.26 A contratada procederá à distribuição ao usuário de seu regulamento, imediatamente após a sua adesão, estabelecendo normas internas de utilização, obedecendo às disposições citadas no contrato.

8.27 A contratada deverá apresentar ao CRT-RJ, mensalmente acompanhado da nota fiscal/fatura, relatórios atualizados de listagem de todos os usuários, com as seguintes informações: nome completo, data de nascimento, sexo, data de início no plano, grau de parentesco dos dependentes em relação aos usuários, dentre outras a serem solicitadas pela contratante.

8.28 O CRT-RJ não será responsável por erros médicos que venham a ocorrer na prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, incumbindo à contratada, sempre que solicitado pelo CRT-RJ, emitir pareceres e prestar informações sobre quaisquer fatos extraordinários sucedidos durante a vigência do contrato.

8.29 Todas as providências necessárias e os encargos relativos ao cadastramento dos usuários correrão por conta da contratada, e no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato ou da data da inclusão do novo usuário.

8.30 A contratada se obriga a disponibilizar imediatamente, a partir da data de assinatura do contrato, uma central de atendimento telefônico, com ligações gratuitas e/ou disponibilização de um número de linha convencional fixa, em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a domingo, para atendimento aos usuários.

8.31 A contratada se obriga a prestar todos os atendimentos e serviços relacionados neste Termo de Referência e ainda aqueles que possam não estar relacionados, mas que tenham amparo legal através da Lei nº 9.656/98, com suas respectivas alterações, bem como as demais legislações pertinentes. Os serviços prestados também deverão estar em conformidade com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

8.32 A contratada se obriga, mensalmente, na data estipulada pelo Departamento Financeiro do CRT-RJ, para efeito do faturamento, apresentar nota fiscal discriminada e relatório detalhado.

8.33 A nota fiscal deverá ser encaminhada juntamente com o relatório definido neste Termo de Referência, contendo as informações de inclusões, exclusões, alterações de plano dos funcionários e/ou dependentes.

8.34 A Contratada se obriga a apresentar, mensalmente, cópia das certidões do FGTS e INSS, bem como quaisquer outras exigidas por Lei.

LOTE 02: Plano de Assistência Odontológica

8.33 O Plano de Assistência Odontológica deve ter cobertura através de rede credenciada e/ou própria no Estado do Rio de Janeiro. Caso o Beneficiário necessite ser atendido por profissional/estabelecimento não credenciado, ou necessite de atendimento de urgência e emergência, no Estado do Rio de Janeiro, poderá solicitar reembolso.

8.34 A Contratada deverá disponibilizar, em rede própria ou credenciada, os atendimentos previstos no neste Termo de Referência, a qualquer dia e hora com cobertura no Estado do Rio de Janeiro sobretudo nas regiões indicadas. A Contratada deverá disponibilizar, em rede própria ou credenciada, atendimentos de urgência/emergência aos beneficiários.

8.35 A rede credenciada deverá atender os casos de atendimento de urgência e emergência, devendo o estabelecimento ou equivalente dispor de equipamentos adequados, remédios específicos e equipe com especialistas devidamente treinados.

8.36 Os serviços abrangidos pela assistência 24 horas deverão estar estritamente de acordo com a legislação nacional em vigor.

8.37 A Contratada poderá modificar ou cancelar o credenciamento de dentistas ou entidades prestadoras de serviço, preservando, entretanto, o padrão de qualidade e o nível de atendimento, mantendo a rede de credenciados/referenciados em número igual ou superior à inicial.

8.38 Nos casos em que a substituição de estabelecimento ocorrer por infração às normas sanitárias, durante o período de tratamento, a Contratada arcará com a responsabilidade pela transferência imediata do beneficiário para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuidade da assistência sem qualquer ônus adicional.

8.39 Os beneficiários terão direito à escolha dos dentistas, clínicas, prontos-socorros, laboratórios e outros serviços complementares de diagnóstico e tratamento pelos quais serão atendidos, desde que constantes na lista credenciada disponibilizada pela Contratada.

8.40 Os beneficiários utilizarão os serviços da lista de prestadores referenciados/credenciados, dentro dos padrões.

9. DO REEMBOLSO

ITEM 01: Plano de Assistência Médica Hospitalar

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

9.1 Aos usuários do Plano serão concedidos reembolsos de despesas médico-hospitalares, em casos de indisponibilidade de serviços próprios e/ou credenciados, desde que dentro da área geográfica de abrangência e atuação do plano contratado, observados os cumprimentos dos prazos de carência e cobertura parcial temporária.

9.2 O valor do reembolso não pode ser inferior ao valor praticado pela operadora junto à rede de prestadores do respectivo plano.

9.3 Nos casos de reembolso, serão exigidos os seguintes documentos em sua forma original:

- I. relatório do médico assistente, data do atendimento e terapêutica utilizada;
 - II. conta hospitalar discriminada, com nota fiscal;
 - III. recibo de honorários médicos discriminando tipo de participação na assistência prestada.
- 9.4 O prazo de reembolso não poderá ser superior a 30 (trinta) dias contados a partir da data da entrega da documentação completa, nos locais de atendimento da contratada.

LOTE 02: Plano de Assistência Odontológica

9.5 A contratada assegurará o reembolso de despesas referentes à assistência à saúde odontológica dos beneficiários, quando não tenha sido possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados, correspondente ao plano contratado, em virtude da inexistência de serviços na localidade nos limites das obrigações contratuais.

9.6 A Operadora de assistência odontológica deverá assegurar aos beneficiários a livre escolha de profissionais e/ou estabelecimentos de sua preferência, com direito a reembolso em todo o Estado do Rio de Janeiro, nos casos acima especificados.

9.7 O reembolso de que trata a cláusula anterior será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação de documentos originais, abaixo relacionados, de acordo com os valores de tabela praticada pela operadora, vigente na data do evento;

9.8 A Operadora de assistência odontológica deverá garantir o acesso à tabela de reembolso no sítio da operadora na internet; como também em sua sede, para consulta dos beneficiários, assim como deverá dispor de meios de esclarecimento desta tabela, por exemplo, através de atendimento por telefone ao consumidor, para melhor compreensão dos beneficiários;

9.9 Será devido o reembolso sempre que a contratada não dispuser dos serviços credenciados, respeitando a legislação de saúde assistencial, nas localidades onde não possuir unidades de atendimento;

9.10 O beneficiário perderá o direito ao reembolso decorrido 12 (doze) meses da data do evento.

9.11 Deverá ser entregue à operadora, com o pedido de reembolso, a seguinte documentação:

9.12 Relatório do profissional assistente, declarando o nome do paciente, a descrição do tratamento e respectiva justificativa dos procedimentos realizados, data do atendimento; a quantidade e tipo de materiais e medicamentos consumidos, com preços por unidade (conforme nota fiscal);

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

9.13 Recibos individualizados de honorários do profissional assistente, auxiliares e outros, com os respectivos números de registro no conselho profissional, discriminando funções e eventos a que se referem;

9.14 A garantia de atendimento e o reembolso aos beneficiários seguirão as regras previstas na Resolução Normativa – RN nº 268 da ANS, de 01 de setembro de 2011, e as eventuais alterações, as quais fazem parte do presente termo.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

ITEM 01: Plano de Assistência Médica Hospitalar

10.1 A Contratada deverá possuir credenciamento para atendimento de emergência 24 horas em rede credenciada, contratada ou referenciada com cobertura no Estado do Rio de Janeiro, conforme as regiões abaixo identificadas:

- Região 1 - Sede: Município do Rio de Janeiro, compreendendo: Centro, Santa Teresa, São Cristóvão, Rio Comprido, Copacabana, Ipanema, Leblon, Botafogo, Tijuca, Vila Isabel, Bonsucesso, Olaria, Méier, Irajá, Ilha do Governador, Madureira, Penha, Vila da Penha, Jacarepaguá, Recreio, Barra da Tijuca, Bangu, Realengo, Santa Cruz, Campo Grande;
- Região 2: Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito e Maricá;
- Região 3: Duque de Caxias, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Queimados;
- Região 4: Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo;
- Região 5: Volta Redonda, Barra Mansa e Resende;
- Região 6: Itaguaí, Angra dos Reis e Parati;
- Região 7: Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé;
- Região 8: Campos dos Goytacazes, Itaperuna.

10.2 A Contratada deverá oferecer atendimento Emergencial 24 horas, em todo Estado do Rio de Janeiro priorizando as Áreas das Regiões 1 até 8, nas seguintes especialidades: Cardiologia, Clínica Geral, Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia e Pediatria.

10.3 A Contratada deverá possuir credenciamento para atendimento de rotina, bem como serviços auxiliares e complementares de diagnóstico e tratamento, na rede credenciada, contratada ou referenciada nas regiões abaixo identificadas:

- Região 1 - Sede: Município do Rio de Janeiro, compreendendo: Centro, Santa Teresa, São Cristóvão, Rio Comprido, Copacabana, Ipanema, Leblon, Botafogo, Tijuca, Vila Isabel, Bonsucesso, Méier, Irajá, Ilha do Governador, Madureira, Penha, Vila da Penha, Jacarepaguá, Recreio, Barra da Tijuca, Bangu, Realengo, Santa Cruz, Campo Grande;
- Região 2: Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito e Maricá;
- Região 3: Duque de Caxias, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Queimados;
- Região 4: Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo;



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

- Região 5: Volta Redonda, Barra Mansa e Resende;
- Região 6: Itaguaí, Angra dos Reis e Parati;
- Região 7: Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé;
- Região 8: Campos dos Goytacazes, Itaperuna.

10.4 A Contratada deverá oferecer atendimento de rotina nas Regiões 1 até 8, com, no mínimo, as seguintes especialidades: Cardiologia, Clínica Geral, Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia e Pediatria.

10.5 Inclusões e exclusões de dependentes no plano contratado poderão ser feitas, a qualquer momento. No entanto, serão processadas em até 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação do titular.

10.6 Prazos de Carência dos Planos de Saúde:

10.6.1. Os direitos adquiridos após o cumprimento do prazo de carência terão sua continuidade assegurada:

- I. a partir da zero hora da data de adesão - Casos de acidentes pessoais ocorridos a partir da data de adesão terão cobertura imediata;
- II. a partir de 30 (trinta) dias da data de adesão - Consultas médicas, cirurgias ambulatoriais (porte anestésico zero) e serviços auxiliares de diagnose e terapia;
- III. a partir de 300 dias para parto a termo, conforme texto da Lei nº 9.656/98 e suas alterações;
- IV. a partir de 180 dias para os demais procedimentos, conforme texto da lei nº 9.656/98 e suas alterações.

10.6.2 Serão dispensados do período de carência:

- I. os usuários titulares, na implantação ou em até 30 (trinta) dias da admissão;
- II. os usuários dependentes, na implantação ou que aderirem ao PLANO nos primeiros 30 (trinta) dias de vigência do contrato, podendo o prazo ser prorrogado pela licitante vencedora;
- III. os recém-nascidos que aderirem ao PLANO, na qualidade de usuários dependentes, nos 30 (trinta) dias após o nascimento;
- IV. os usuários dependentes cadastrados no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da data de admissão do usuário titular ou do evento que caracterize a condição de dependência (nascimento, casamento);
- V. filhos adotivos que aderirem ao PLANO, na qualidade de usuários dependentes, nos 30 (trinta) dias após a adoção;
- VI. dependentes que estejam sob guarda, para fins de adoção.

10.7 Nos casos de emergência ou urgência a cobertura do plano deverá ter abrangência nacional (atendimento em trânsito). Nestes casos, a contratada deverá disponibilizar uma central telefônica para suporte ao usuário. Nas localidades onde não exista rede própria ou credenciada, ou, ainda, nas situações em que motivos relevantes impeçam o atendimento por profissionais ou estabelecimentos próprios ou credenciados, o reembolso será pela Tabela da Contratada (mínimo Tabela AMB92), a fim de se conhecer o valor do reembolso a ser efetivamente praticado para as consultas, exames e honorários médicos, e pelo valor integral da Tabela da Associação dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro (Tabela AHERJ I), em se tratando de diárias hospitalares.

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

10.7.1. A marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos deve ser feita de forma a atender às necessidades dos consumidores, privilegiando os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de sessenta anos de idade, as gestantes, lactantes, lactentes e crianças até cinco anos;

10.7.2. O CRT-RJ se reserva no direito de realizar diligências junto à rede credenciada no intuito de verificar a veracidade das informações prestadas.

11. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

A aceitação do serviço se dará mediante a avaliação de Equipe de Contratação que constatará se o serviço atende a todas as especificações contidas neste Termo de Referência.

Na recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do Termo de Referência, a Contratada deverá reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CRT-RJ a partir da data da efetiva aceitação.

A Aceitação Definitiva se dará pela Equipe de Contratação após o integral cumprimento do contrato.

12. DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A Contratada deverá garantir o tratamento confidencial das informações levantadas ou fornecidas pelo CRT-RJ e assume as seguintes obrigações:

Não divulgar qualquer informação do próprio trabalho para terceiros, nem facilitar, de qualquer maneira, tal divulgação;

Não utilizar a documentação associada com os trabalhos para fins não aprovados, por escrito, pelo CRT-RJ, nem facilitar, de qualquer maneira, tal divulgação;

Todos os resultados dos estudos relativos à presente proposta, desenvolvidos sob responsabilidade direta dos profissionais da Contratada, serão de propriedade do CRT-RJ, sendo formulados, apresentados e divulgados estritamente em seu nome.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

Assegurar o acesso às informações, documentos e dados que se fizerem necessários para a realização dos trabalhos;

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrar as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada;

Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo licitante vencedor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal;

Atestar o recebimento dos serviços contratados mensalmente, após verificação das especificações pela área de Gestão de Pessoas, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à contratada;

Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no edital e instrumento contratual, após o cumprimento das formalidades legais;

Fornecer a contratada os documentos, informações e demais elementos que possuir necessários à boa execução do presente contrato;

Designar fiscal para acompanhamento e fiscalização do contrato porventura resultante deste Termo de Referência, que deverá acompanhar a execução do mesmo;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Providenciar a publicação, no Diário Oficial da União, do extrato de contrato, após a sua assinatura.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, atendendo prontamente as recomendações e/ou reclamações;

Executar os serviços de acordo com o especificado no presente Termo de Referência, atendendo as definições do fiscal do contrato;

Realizar os serviços por intermédio de profissionais devidamente especializados e qualificados;

Comunicar, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los, bem como eventual atraso ou paralisação dos serviços, neste caso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo contratante;

Substituir e/ou corrigir os serviços não aceitos pelo contratante, sempre que necessário nos prazos previstos na legislação vigente;

Não divulgar, copiar, nem reproduzir no todo ou em parte os documentos e informações inclusos no objeto da presente contratação, ficando a contratada sujeita às punições dispostas em lei;

Comprovar através de documento emitido pelo órgão fiscalizador ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) de que está habilitada como operadora de Planos de Saúde/Seguro de Saúde, Plano Odontológico na data da publicação do Edital;

Comprovar inscrição da operadora no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, com indicação do seu responsável técnico, bem como de outros Conselhos de Fiscalização na área da saúde, se for o caso. Assim, também a operadora de plano Odontológico, se for o caso;

Comprovar que o responsável técnico é profissional do quadro permanente da operadora, caracterizado por vínculo societário ou empregatício, devidamente comprovado por contrato social ou estatuto atualizado, no primeiro caso, e por ficha de registro de empregado devidamente autenticada, no segundo caso;

Apresentar certificado de Registro de Produtos emitido pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, indicando aqueles produtos que estão sendo oferecidos no presente Termo de Referência;

Comprovar cobertura de atendimento conforme disposto no Termo de Referência;

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

Fornecer, através de aplicativo e/ou site na rede mundial de internet, catálogo atualizado com clínicas, hospitais, médicos especialistas e laboratórios próprios, credenciados, contratados e referenciados, onde deverá constar, inclusive, a relação dos credenciados para os casos de atendimento em trânsito, conforme disposto no item 8.6 do Termo de Referência;

Disponibilizar, a partir da data de assinatura do contrato, uma central de atendimento telefônico local (Estado do Rio de Janeiro) ou com ligações gratuitas, em regime de plantão de 24 horas diárias, de segunda a domingo, para atendimento aos usuários;

Responsabilizar-se pela coordenação e execução dos trabalhos técnicos constantes dessa proposta, segundo padrões de alta qualidade, confiabilidade e transparência e segurança de dados (LGPD) Lei nº 13.709, de 2018 e pelo cumprimento dos prazos contratuais estabelecidos.

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação;

15. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

Não será necessária vistoria prévia para participação da licitação.

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da contratante, especialmente designados, na forma Lei nº 14.133/2021;

O representante da contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

O representante da contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021;

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

Durante a execução do objeto, o fiscal de contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

O fiscal de contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal de contrato, desde que comprovada a

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

O fiscal de contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. CRITÉRIO DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO

Os serviços serão medidos mensalmente, da seguinte forma:

Valor a ser pago = Beneficiários x Valor unitário por faixa etária (R\$)

A aferição se dará por meio do Termo de Avaliação de Prestação de Serviços atestado pelos fiscais do contrato após a análise da nota fiscal e relatórios expedidos pela contratada que comprovem a prestação de serviço.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

19. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

20. DO PAGAMENTO

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133, de 2021.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do CRT-RJ;
- c) o período de prestação dos serviços;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o CRT-RJ deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I =$

$(6 / 100) \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

21. DO REAJUSTE

Os preços unitários dos serviços, objeto deste Termo de Referência, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano do contrato, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses.

Poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em função do índice de sinistralidade, o qual terá como ponto de equilíbrio o percentual de 70% (setenta por cento), desde que devidamente demonstrado (analiticamente) o impacto da variação dos componentes dos custos, com as respectivas justificativas, na manutenção dos preços de contratação.

O reajuste será realizado por apostilamento.

<p>ISC = Sin / Rec</p>	<p>Onde:</p> <p>ISC = Índice de Sinistralidade do Contrato.</p> <p>Sin = Total de sinistros da carteira de um período de 12 meses.</p> <p>Rec = Total de receita da carteira de um período de 12 meses.</p>
<p>IT = Índice Técnico = (ISC / 70%) – 1</p>	



CRT-RJ
Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Será considerada extinta a garantia:

- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017;
- O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

A CONTRATADA autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas abaixo:

Grau	Mora diária	Compensatória	Prazo de Suspensão
1	Não	Não	Não
2	0,4% por ocorrência	10% por ocorrência	Mínimo: 1 mês Máximo: 2 anos
3	0,5% por ocorrência	15% por ocorrência	Mínimo: 6 meses Máximo: 3 anos
4	0,6% por ocorrência	20% por ocorrência	Mínimo: 1 ano



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

5	0,8% por ocorrência	20% por ocorrência	Mínimo: 1,5 anos Máximo: 5 anos
---	---------------------	--------------------	------------------------------------

<i>Item</i>	<i>Infração</i>	<i>Grau</i>
1	Descumprimento de quaisquer outras obrigações aqui pactuadas, não explicitadas nos demais itens, que sejam considerados leves.	1
2	Descumprimento de prazos.	3
3	Descumprimento de quaisquer outras obrigações editalícias, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas médias.	2
4	Não manutenção das condições de habilitação ou de licitar e contratar com a Administração Pública durante a vigência contratual.	4
5	Não entrega de documentação importante solicitada pelo CRT-RJ.	4
6	Descumprimento de quais outras obrigações editalícias, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas graves.	4
7	Inexecução parcial.	5
8	Descumprimento da legislação (legais e infralegais) afeta à execução do objeto (direta ou indireta).	5
9	Cometimento de atos protelatórios durante a execução visando adiamento das solicitações do CRT-RJ.	5
10	Inexecução total.	5
11	Cometimento de fraude fiscal, durante a execução do objeto.	5
12	Declaração, documentação ou informação falsa, adulteração de documentos ou omissão de informações.	5
13	Comportamento inidôneo ou cometimento de mais de uma das infrações previstas nos subitens anteriores.	5
14	Descumprir determinação formal, por ocorrência.	3

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

A ser definido pelo Setor responsável após realização de pesquisa de mercado. Tal valor deverá ser obtido a partir das diretrizes presentes na IN nº 65/2021, a pesquisa de preços deve ser realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

25. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, por se tratar de serviço especializado que demanda apenas o uso de conhecimento técnico especializado.

26. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Os critérios de Seleção do Fornecedor irão atender ao disposto no Edital, considerando as legislações e normativas vigentes que tratam da matéria;

Para a habilitação técnica, as empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar no momento da licitação (e manter atualizados) os seguintes documentos:

- a. Certidão ou Declaração de registro na ANS;
- b. Comprovação da cobertura de atendimento nos municípios informados no Termo de Referência;

**CRT-RJ**Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeirowww.crtrj.gov.br

- c. O catálogo encadernado, bem apresentado e atualizado das clínicas, hospitais, médicos especialistas e laboratórios próprios, credenciados, contratados e referenciados. Neste catálogo deverá constar, inclusive, a relação dos credenciados para os casos de atendimento em trânsito;
- d. Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;
- e. Na assinatura do Contrato a Contratada se obriga a informar senhas ou autorizações prévias da Operadora.

27. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 6.2.2.1.1.01.01.003.003 - Plano de Saúde

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

28. DOS APÊNDICES

Apêndice I – Tabela de Quantitativo geral de Funcionários, Dependentes e Agregados;
Apêndice II - Quantitativo por Faixa Etária – Dependentes, Aposentados e agregados;
Apêndice III - Distribuição de Vida de Titulares por localidade.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretrizes os dispositivos legais vigentes relativos à matéria.

Rio de Janeiro/RJ, 22 de julho de 2024.

Renata do Nascimento Costa.
Matrícula: 150

Fátima Dias da Costa de Castro
Matrícula: 133



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

APROVO o presente Termo de Referência de acordo com os termos dos serviços que serão contratados conforme previsão do artigo 28, inciso I da Lei 14.133/2022, (Pregão), e das demais normas pertinentes, cuja finalidade é a contratação de serviços especializado de Assistência Médica Hospitalar e Assistência Odontológica, a serem prestados para o Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro - CRT-RJ, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA
Presidente em Exercício





CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

APENDICE I

Quantitativo Geral - Faixa Etária, Funcionários.

FAIXA ETÁRIA	TITULARES		TOTAL
	M	F	
De 00 a 18	0	0	0
De 19 a 23	0	1	1
De 24 a 28	2	1	3
De 29 a 33	3	8	11
De 34 a 38	4	4	8
De 39 a 43	4	5	9
De 44 a 48	4	3	7
De 49 a 53	3	3	6
De 54 a 58	4	1	5
De 59 a 68	9	6	15
De 69 a 78	1	0	1
De 79 a 88	0	0	0
Acima de 89	0	0	0
TOTAIS	34	32	66

APENDICE II

Quantitativo por Faixa Etária – Dependentes, Aposentados e Agregados

FAIXA ETÁRIA	DEPENDENTES		TOTAL
	M	F	
De 00 a 18	12	13	25
De 19 a 23	3	2	5
De 24 a 28	0	3	3
De 29 a 33	1	3	4



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Rio de Janeiro

www.crtrj.gov.br

De 34 a 38	0	1	1
De 39 a 43	0	1	1
De 44 a 48	2	2	4
De 49 a 53	1	1	2
De 54 a 58	0	1	1
De 59 a 68	1	1	2
De 69 a 78	1	0	1
De 79 a 88	0	0	0
Acima de 89	0	1	1
TOTAIS	21	29	50

APENDICE III

Distribuição de Vida de Titulares por localidade:

Município	Quantidade
Rio de Janeiro	38
Magé	3
São Gonçalo	4
Campos do Goytacazes	3
São João de Meriti	2
Brasília	3
Niterói	3
Duque de Caxias	2
Nova Iguaçu	1